

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Técnico industrial: quais são suas funções e obrigações legais

O papel do técnico industrial envolve desde a elaboração de projetos técnicos, passando pela manutenção em equipamentos, a planejamento, execução e supervisão de processos produtivos e controle de qualidade operacional. Trata-se de um profissional de nível médio, regulamentado no Brasil, que desempenha funções essenciais para a conformidade legal e para a segurança dos processos produtivos.

Neste artigo, vamos explorar, inicialmente, as funções do técnico industrial, bem como esclarecer quando é obrigatório o seu registro junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CFT/CRTs). Além disso, serão detalhadas as obrigações legais que envolvem tanto o profissional quanto as empresas que o contratam. Dessa forma, a referida prática torna-se crucial para evitar passivos trabalhistas, autuações e riscos operacionais.

O técnico industrial é habilitado para atuar em diversas áreas, como mecânica, elétrica, eletrônica, química, segurança do trabalho, entre outras. Seu papel vai além da execução prática: ele pode assumir responsabilidade técnica em projetos e serviços, o que significa responder legalmente pela conformidade e segurança das atividades realizadas.

Assim sendo, entre as atribuições estão: instalação e manutenção de equipamentos industriais; supervisão de processos produtivos; emissão de termo de responsabilidade técnica (TRT); e apoio a engenheiros e gestores na implementação de normas técnicas e regulatórias.

Destaca-se, ainda, que o exercício da profissão exige, primeiramente, registro ativo junto ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), que, por sua vez, é vinculado ao CFT. Além disso, esse registro é obrigatório sempre que o técnico desempenha funções que envolvem responsabilidade técnica ou, ainda, quando emite documentos que comprovam sua habilitação.

Internet: <blog.iusnatura.com.br> (com adaptações).

Acerca dos aspectos textuais e gramaticais, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto apresenta caráter denotativo, visto que ele não possui natureza polissêmica.
- 2 No título do texto, “Técnico industrial: quais são suas funções e obrigações legais”, ocorre um caso de coesão catafórica, que é operada pelo pronome possessivo “suas”, o qual se relaciona semanticamente com o termo “Técnico industrial”.
- 3 No trecho “O papel do técnico industrial envolve desde a elaboração de projetos técnicos, passando pela manutenção em equipamentos, a planejamento, execução e supervisão de processos produtivos e controle de qualidade operacional.”, a reescrita de “a planejamento” para **à planejamento** manteria a correção gramatical do texto.
- 4 No fragmento “Trata-se de um profissional de nível médio, regulamentado no Brasil.”, a estrutura “trata-se” é composta, respectivamente, de uma forma verbal no presente do indicativo e de um índice de indeterminação do sujeito, ambos seguidos de um termo integrante, que é o objeto indireto “de um profissional de nível médio”, e de um aposto explicativo, que é o termo “regulamentado no Brasil”.
- 5 Em “Neste artigo, vamos explorar, inicialmente, as funções do técnico industrial, bem como esclarecer quando é obrigatório o seu registro junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CFT/CRTs).”, o termo “do técnico industrial” exerce a função sintática de complemento nominal.
- 6 No trecho “O técnico industrial é habilitado para atuar em diversas áreas, como mecânica, elétrica, eletrônica, química, segurança do trabalho, entre outras.”, o termo “como” é empregado para introduzir uma cadeia enumerativa de exemplos.
- 7 Em “Assim sendo, entre as atribuições estão:”, o termo “Assim sendo” pode ser substituído, mantendo-se o sentido original do texto, por **Logo**.
- 8 No fragmento “Destaca-se, ainda, que o exercício da profissão exige, primeiramente, registro ativo junto ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT).”, o conectivo “que” classifica-se como pronome relativo.

Texto para os itens de 9 a 16.**Controle em malha fechada**

No processo típico de troca de calor, bem como nos demais casos de controle de processos, a função fundamental do sistema de controle em malha fechada, ou sistema de controle com realimentação, é manipular a relação entrada/saída de energia ou material. Dessa forma, a variável controlada do processo deverá ser mantida dentro dos limites estabelecidos, ou seja, o sistema de controle em malha fechada regula a variável controlada, fazendo correções em outra variável de processo, que é chamada de variável manipulada.

Para o controle em malha fechada, então, determina-se que: seja realizado por um operador humano (controle manual); ou que seja realizado mediante a utilização de instrumentação (controle automático).

No controle manual, o operador terá como função medir a temperatura do fluido aquecido (variável de processo) e corrigir a vazão do vapor adicionando ao trocador (variável manipulada), de forma a manter a temperatura da variável controlada no valor desejado (referência ou *set point*). Ou seja, o operador irá medir a temperatura do fluido aquecido por meio de um instrumento indicador, e este sinal será comparado com a temperatura desejada. Dessa forma, caso a temperatura esteja acima ou abaixo do valor desejado, o operador deverá atuar sobre a válvula de admissão de vapor e fazer a correção.

Internet: <static.portaldaindustria.com.br> (com adaptações).

No que diz respeito aos aspectos textuais e gramaticais, julgue os itens a seguir.

- 9 O texto caracteriza-se por ser tanto informativo quanto instrumental e, também, por apresentar construções de cunho metafórico.
- 10 O título do texto, “Controle em malha fechada”, poderia ser reescrito como **Controle em Malha Fechada.**, mantendo-se a correção gramatical do trecho.
- 11 Em “No processo típico de troca de calor”, no início do texto, o emprego da vírgula é facultativo.
- 12 Em “ou que seja realizado mediante a utilização de instrumentação (controle automático).”, a construção “mediante a” pode ser substituída pela expressão **por intermédio da**, sem prejuízo ao sentido original e à correção gramatical do texto.
- 13 No fragmento “No controle manual, o operador terá como função medir a temperatura do fluido aquecido (variável de processo)”, a forma verbal “terá” está conjugada no futuro do presente do indicativo, e equivale semanticamente à locução verbal “vai trazer”.
- 14 No trecho “de forma a manter a temperatura da variável controlada no valor desejado (referência ou *set point*).”, as palavras entre parênteses indicam contexto de explicação, de detalhamento de uma informação anteriormente expressa.

- 15 Considerando o trecho “Ou seja, o operador irá medir a temperatura do fluido aquecido por meio de um instrumento indicador”, é correto afirmar que a palavra “fluido” apresenta a forma variante “fluído”, o que implica a mesma classificação morfológica e a mesma aceção para ambos os termos.

- 16 No fragmento “Dessa forma, caso a temperatura esteja acima ou abaixo do valor desejado, o operador deverá atuar sobre a válvula de admissão de vapor e fazer a correção.”, a locução verbal “deverá atuar” é complementada por um objeto indireto, o qual é representado pelo termo “sobre a válvula de admissão de vapor”.

Considerando os anagramas da palavra CASTELO, julgue os itens a seguir.

- 17 O número total de anagramas é igual a 5.040.
- 18 O número de anagramas que começam com C e terminam com O é igual a 120.
- 19 O número de anagramas em que as vogais aparecem juntas é igual a 360.

Laura, Mônica e Nicole participaram de uma feira de ciências. Cada uma apresentou exatamente um dos seguintes experimentos: vulcão de bicarbonato e vinagre; cristais de açúcar; e lâmpada de lava caseira. Além disso, nenhum experimento foi apresentado por mais de uma estudante. Nesse contexto, sabe-se que

- ou Laura apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre, ou Nicole apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre;
- ou Laura apresentou os cristais de açúcar, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira;
- ou Nicole apresentou a lâmpada de lava caseira, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira;
- ou Mônica apresentou os cristais de açúcar, ou Nicole apresentou os cristais de açúcar.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20 Laura apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre.
- 21 A proposição “Se Mônica apresentou os cristais de açúcar, então Nicole apresentou a lâmpada de lava caseira” é verdadeira.
- 22 A negação de “Ou Laura apresentou os cristais de açúcar, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira” é “Laura não apresentou os cristais de açúcar e Mônica não apresentou a lâmpada de lava caseira”.

Durante uma semana, Gael anotou quantos passarinhos vieram beber água no bebedouro que ele colocou no quintal de casa. Assim:

- na segunda-feira, ele contou 8 passarinhos;
- na terça-feira, 12;
- na quarta-feira, 10;
- na quinta-feira, 15;
- na sexta-feira, 10;
- no sábado, 18; e
- no domingo, 11.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23** Em exatamente 3 dias da semana, o número de passarinhos foi maior do que a média semanal.
- 24** A mediana do número de passarinhos registrados na semana foi igual a 10.
- 25** A moda do número de passarinhos registrados na semana foi igual a 10.

Dalila e Magali têm idades inteiras, em anos. Atualmente, a soma dos números que representam essas idades é igual a 42, e o produto desses números é igual a 432. Sabe-se, ainda, que Dalila é mais velha do que Magali.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26** Dalila tem 24 anos de idade.
- 27** Há 6 anos, a soma das idades de Dalila e Magali era igual a 28.
- 28** Daqui a 4 anos, Dalila terá o dobro da idade de Magali.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos básicos de hardware e do sistema operacional Windows nas versões 10 e 11, julgue os itens a seguir.

- 29** Os SSDs com base na tecnologia NVMe (*Non-Volatile Memory Express*) utilizam o barramento PCI Express para se comunicarem diretamente com o processador, alcançando taxas de transferência de dados significativamente superiores às proporcionadas pelo barramento SATA tradicional.
- 30** A placa-mãe é o componente de hardware responsável de forma exclusiva por realizar todo o processamento aritmético e lógico de todas as instruções de programas executados no computador.
- 31** O Windows 10 e o Windows 11 utilizam o sistema de arquivos NTFS como padrão para a partição do sistema, o qual oferece recursos de segurança avançados não disponíveis no FAT32, como o suporte nativo à criptografia de arquivos (EFS).

- 32** No Windows 11, a segregação de janelas de acordo com o contexto de uso é realizada exclusivamente por meio do recurso de arranjo de telas conhecido como Snap Layouts, uma vez que o sistema operacional não dispõe de suporte nativo para a criação de múltiplas áreas de trabalho virtuais pelo usuário.

No que diz respeito aos conceitos básicos de redes de computadores, de Internet e de intranet, julgue os itens seguintes.

- 33** Uma intranet é uma rede privada corporativa que se baseia no protocolo TCP/IP – sendo o mesmo conjunto de protocolos de comunicação da Internet – e cujo acesso é restrito exclusivamente aos membros autorizados de uma determinada organização.
- 34** O protocolo HTTPS utiliza criptografia em conjunto com certificados digitais SSL/TLS para assegurar a confidencialidade da navegação do usuário.
- 35** No navegador Microsoft Edge, a remoção de *cookies* e de outros dados de sites por meio do recurso para limpar dados de navegação resulta na revogação automática e obrigatória das permissões de privacidade customizadas daquela página, tais como a autorização de acesso à câmera ou à localização do dispositivo.
- 36** No motor de busca Google, a execução da pesquisa avançada por meio da sintaxe “concurso público” AND site:gov.br – edital restringe os resultados ao domínio governamental e à frase exata contida entre aspas, garantindo que o termo “edital” seja, obrigatoriamente, indexado como palavra-chave secundária nos resultados.

Quanto aos conceitos de segurança (vírus, antivírus, *firewall*) e de transformação digital, julgue os itens a seguir.

- 37** Trojans distinguem-se por possuírem a capacidade exclusiva de se autorreplicarem e se propagarem de forma autônoma pelas redes de computadores locais, explorando as vulnerabilidades de serviços de rede ativos sem requerer a execução de um arquivo hospedeiro.
- 38** O *firewall* atua no controle e na filtragem do tráfego de rede de entrada e saída com base em regras de segurança predefinidas, ao passo que a detecção e a subsequente eliminação de vírus em arquivos locais configuram tarefas típicas de programas antivírus.
- 39** Os grandes modelos de linguagem (LLMs), aplicados em sistemas de chat inteligente, atingiram um estágio tecnológico de consciência própria e sensibilidade, o que assegura a precisão matemática e a infalibilidade absoluta de todas as suas respostas factuais.
- 40** No modelo de computação em nuvem IaaS, a responsabilidade do provedor limita-se ao fornecimento e à manutenção da infraestrutura física e da virtualização, cabendo ao cliente o gerenciamento, a configuração e a atualização do sistema operacional, dos *middlewares* e das aplicações instaladas.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da ética na função pública, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética administrativa não se satisfaz com a conformidade formal da conduta à lei, pois o servidor público, no exercício da função, deve avaliar, também, a finalidade pública, a honestidade, a justiça e a conveniência moral do ato praticado.
- 42** A conduta do servidor em sua vida privada é irrelevante para a ética funcional, pois o Código de Ética limita a sua incidência aos atos praticados no interior da repartição ou durante o expediente formal de serviço.
- 43** A comissão de ética pode aplicar censura ao servidor que incorra em falta ética, mas não possui competência para impor penalidades disciplinares típicas, como suspensão ou demissão, sem prejuízo de eventual apuração disciplinar pelos órgãos competentes.

Quanto aos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 44** Na publicidade institucional, a inexistência de nome, de fotografia ou de cargo da autoridade afasta a caracterização de promoção pessoal, ainda que a peça utilize slogans, elementos visuais ou contexto de divulgação capazes de associar a realização administrativa à figura pessoal do agente público.
- 45** A motivação formal de ato administrativo discricionário, ainda que não seja expressamente exigida em lei para a hipótese, impede o controle judicial de sua compatibilidade com os princípios da moralidade, da impessoalidade e da finalidade pública, pois o mérito administrativo é insuscetível de revisão pelo Poder Judiciário.

Com base na Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir, acerca dos atos de improbidade administrativa.

- 46** A divergência interpretativa da Lei, com base em jurisprudência, ainda que não seja pacificada, configurará ato de improbidade administrativa, caso o entendimento adotado pelo agente público não venha a prevalecer posteriormente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- 47** A Lei nº 8.429/1992 prevê que os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem automaticamente pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica. A responsabilização pessoal, então, somente ocorrerá se houver, comprovadamente, participação e benefícios diretos, hipótese em que responderão nos limites de sua participação.
- 48** Constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração Pública, a ação ou a omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, consistente em revelar fato ou circunstância de que o agente público tenha ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

- 49** A posse e o exercício do agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e de proventos de qualquer natureza apresentada à secretaria especial da Receita Federal do Brasil, devendo a declaração ser atualizada anualmente e sendo dispensada nova atualização na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- 50** O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estará sujeito à obrigação de reparar o dano, ainda que o valor da reparação ultrapasse o limite da herança ou do patrimônio transferido.

No que diz respeito ao processo administrativo federal, julgue os itens seguintes, acerca da Lei nº 9.784/1999.

- 51** O administrado que tenha a condição de interessado tem direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que figure nessa condição, de ter vista dos autos, de obter cópias de documentos neles contidos e de conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e os documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.
- 52** O administrado somente está obrigado a prestar informações e colaborar para o esclarecimento dos fatos quando tais informações forem favoráveis ao pedido formulado, pois a busca da verdade material constitui ônus exclusivo da Administração.
- 53** A assistência por advogado é, em regra, facultativa no processo administrativo, salvo quando a representação for obrigatória por força de Lei.
- 54** O dever de não agir de modo temerário impede que o administrado apresente alegações sabidamente infundadas ou que utilize o processo administrativo de forma incompatível com a lealdade e com a boa-fé.
- 55** O direito de formular alegações e de apresentar documentos antes da decisão fica condicionado à demonstração prévia de que tais elementos serão acolhidos pela autoridade competente.

À luz da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 – e dos decretos que a regulamentam, julgue os itens a seguir, quanto à transparência pública e ao acesso à informação.

- 56** Uma organização social que receba recursos públicos, inclusive mediante contrato de gestão, para executar projeto de interesse coletivo, deverá observar a LAI, no que couber, quanto à parcela dos recursos públicos recebidos e à respectiva destinação, sem que tal dever de publicidade se estenda automaticamente às receitas privadas estranhas ao ajuste celebrado com o Poder Público.
- 57** Para os fins da LAI, considera-se informação sigilosa aquela submetida à restrição de acesso público, em razão de sua relevância estratégica para a Administração Pública, ainda que a restrição decorra de critério administrativo de conveniência e não esteja vinculada à segurança da sociedade ou do Estado.

- 58 De acordo com o Decreto nº 7.724/2012, deverão ser atendidos os pedidos de acesso à informação que exijam trabalhos adicionais de análise, de interpretação ou de consolidação de dados e informações, desde que o requerente indique a finalidade da solicitação e assuma os custos correspondentes ao serviço.
- 59 Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em meio eletrônico de acesso universal, o órgão ou a entidade pública deverá informar ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual poderá consultar, obter ou reproduzir a informação, ficando desonerado de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, esse procedimento.
- 60 Como alternativa ao prazo máximo de cinco anos previsto para a informação classificada como reservada, poderá ser estabelecida como termo final da restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.
- 61 As informações relativas à remuneração e ao subsídio recebidos por ocupante de cargo, de posto, de graduação, de função ou de emprego público devem ser divulgadas em portal de transparência apenas de forma consolidada ou anonimizada, pois a sua divulgação individualizada depende de consentimento do agente público, por envolver informação pessoal protegida pela LAI.
- 62 No âmbito do Poder Executivo federal, caso seja negado pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, desde que a decisão impugnada tenha sido, previamente, submetida à apreciação de, pelo menos, uma autoridade hierarquicamente superior àquela que a proferiu.
- 63 A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e deixar de observar o disposto na Lei nº 12.527/2011 estará sujeita às sanções de advertência, de multa, de rescisão do vínculo com o Poder Público, de suspensão temporária de participar em licitação e de impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a dois anos, bem como estará sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 66 Ainda que o tratamento de dados pessoais esteja amparado em finalidade legítima, específica, explícita e informada ao titular, o agente de tratamento deverá limitar-se aos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- 67 No tratamento de dados pessoais de crianças, o consentimento específico e em destaque deverá ser dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal, admitindo-se a coleta sem consentimento quando ela for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, hipótese na qual os dados poderão ser armazenados para futuras comunicações relacionadas ao interesse da criança.
- 68 Constituem receitas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) as dotações orçamentárias, as doações, os valores apurados na venda ou no aluguel de bens de sua propriedade, os recursos provenientes de acordos, convênios ou contratos e o produto das multas administrativas por ela aplicadas.
- 69 A confirmação de existência ou do acesso aos dados pessoais será providenciada, mediante requisição do titular, em formato simplificado, imediatamente, ou por meio de declaração clara e completa, fornecida no prazo de até 15 dias, contado da data do requerimento do titular, sendo observadas as informações sigilosas comercial e industrial.
- 70 O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de 25 representantes, titulares e suplentes, entre os quais se incluem 5 representantes do Poder Executivo federal e 3 representantes do Senado Federal.



ANOTAÇÕES

Com base na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens seguintes.

- 64 Uma empresa estrangeira que não possuir estabelecimento físico no Brasil, mas que oferecer aplicativo a usuários localizados no território nacional e trate dados pessoais desses usuários, submeter-se-á à LGPD, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados.
- 65 O dado anonimizado será, sempre, considerado dado pessoal para os fins da LGPD, ainda que o titular não possa ser identificado mediante a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que diz respeito às abordagens da administração, às reformas administrativas brasileiras, às funções administrativas e à cultura organizacional, julgue os itens a seguir.

- 71** A abordagem clássica da administração preconiza uma perspectiva mecanicista da organização, concentrando a sua análise na estrutura formal e nas tarefas operacionais.
- 72** A reforma administrativa da década de 1930 institucionalizou a burocracia no Brasil, buscando substituir o modelo patrimonialista por meio da meritocracia e da impessoalidade.
- 73** A função administrativa de direção consiste em monitorar as atividades organizacionais realizadas para assegurar que os resultados finais estejam em conformidade com o planejado.
- 74** A cultura organizacional surge de maneira espontânea no momento em que o líder define as metas financeiras e o planejamento estratégico inicial de um novo negócio.

No que concerne à gestão de processos nas organizações públicas, julgue os itens seguintes.

- 75** O fluxograma vertical é uma ferramenta ideal para mapear processos complexos que envolvem a interação de diversas unidades organizacionais e sistemas automatizados.
- 76** As iniciativas de melhoria de processos devem priorizar as rotinas isoladas de apoio para garantir que os setores administrativos gerem valor imediato aos clientes externos.

Quanto à organização administrativa pública brasileira, aos atos administrativos e à administração de recursos materiais, julgue os itens a seguir.

- 77** As autarquias federais pertencem à administração indireta e possuem personalidade jurídica de direito público para executar atividades típicas de Estado, de forma descentralizada.
- 78** O atributo da tipicidade impede que a Administração Pública pratique atos unilaterais uninominados, garantindo que cada ato corresponda às figuras previamente definidas em lei.
- 79** No sistema de reposição contínua de estoque, os pedidos de compra ocorrem em intervalos de tempo fixos, com variação da quantidade a ser adquirida a cada ciclo.
- 80** Segundo o método de classificação ABC, os materiais integrantes da classe C representam uma fração reduzida do total de itens em estoque e concentram a maior parcela do valor financeiro investido.

Em relação aos tipos de estruturas organizacionais, ao desempenho profissional e à cidadania no atendimento ao público, julgue os itens seguintes.

- 81** Na estrutura linha-staff, os especialistas do staff detêm a autoridade de comando e o poder de decisão direta sobre as atividades executadas pelas unidades administrativas de linha.
- 82** A estrutura em redes oferece menor flexibilidade e adaptabilidade frente às mudanças ambientais abruptas do mercado, quando comparada ao modelo de estrutura linear.
- 83** A coesão grupal elevada garante o incremento do desempenho profissional, independentemente do alinhamento das metas dos colaboradores com os objetivos formais da organização.
- 84** A denominada recompensa intrínseca provém do sentimento de realização obtido pelo próprio colaborador ao executar as suas tarefas cotidianas com autonomia e competência reconhecidas.
- 85** A eficácia do atendimento ao público na esfera democrática vincula-se à dimensão ética do colaborador, cuja conduta deve viabilizar a justiça social cotidiana.

Acerca da comunicação interna e externa, da redação oficial de documentos e dos tipos de documentos administrativos nas organizações públicas, julgue os itens a seguir.

- 86** Atualmente, a eficácia da comunicação interna requer fluxos comunicacionais multidirecionais, integrando canais descendentes, ascendentes e interações horizontais entre as equipes.
- 87** A publicação de relatórios financeiros detalhados no portal oficial da organização na Internet exemplifica a comunicação externa direcionada à prestação de contas.
- 88** A construção “Solicitamos o envio dos relatórios de gestão setorial até o dia 15 de junho de 2026 para a consolidação dos dados anuais” é uma amostra de aplicação dos atributos de clareza e precisão na redação oficial.
- 89** O e-mail institucional exime o uso de fechos oficiais de cortesia, bastando a assinatura do remetente para a conclusão formal do documento eletrônico.
- 90** O padrão ofício uniformiza a diagramação das comunicações oficiais, determinando que o aviso, o ofício e o memorando mantenham as suas estruturas textuais distintas.

Quanto ao trabalho em equipe nas organizações públicas, julgue os itens seguintes.

- 91** O traço de personalidade denominado amabilidade mensura o foco do profissional no alcance de metas, indicando colaboradores disciplinados que priorizam tarefas sobre relações humanas.

- 92** O fenômeno da folga social manifesta-se pelo aumento do esforço individual quando os colaboradores realizam tarefas de forma coletiva, maximizando o desempenho interpessoal.
- 93** A confiança mútua nas equipes fundamenta-se na previsibilidade técnica das tarefas operacionais, exonerando o compartilhamento de vulnerabilidades e a abertura socioemocional entre os membros.
- 94** O comportamento receptivo viabiliza o feedback bidirecional nas organizações, otimizando os processos de aprendizagem e a flexibilidade das relações humanas nas equipes.
- 95** O líder que estipula prazos realistas após debater o fluxo de trabalho com a equipe demonstra compreensão mútua, reduzindo os conflitos interpessoais no processo de execução.

A respeito do atendimento ao público nas organizações públicas, julgue os itens a seguir.

- 96** O atendente que adota a escuta ativa para decodificar um pedido confuso demonstra comunicabilidade eficaz, garantindo a resposta assertiva à real necessidade do cidadão.
- 97** A manutenção do contato visual contínuo no atendimento presencial valida a presença do cidadão-usuário, estabelecendo uma conexão relacional com base na atenção imediata.
- 98** A ouvidoria atua de forma estratégica no acolhimento do público externo, ao transformar as reclamações individuais em subsídios técnicos para redesenhar os processos de trabalho deficientes.

Quanto à organização e ao controle de documentos nas organizações públicas, julgue os itens seguintes.

- 99** A organicidade indica que os documentos de arquivo são acumulados de forma isolada e avulsa, refletindo peças de coleções reunidas por interesse histórico ou cultural.
- 100** O arquivo permanente custodia documentos que perderam a utilidade administrativa diária, mas adquiriram valor secundário, histórico ou cultural relevante, sendo proibida, em regra, a sua eliminação subsequente.

Com base na Lei nº 5.524/1968 e nos Decretos nº 90.922/1985 e nº 4.560/2002, julgue os itens seguintes.

- 101** O exercício da profissão de técnico industrial é privativo daqueles que concluíram curso técnico oficial ou reconhecido, ou que já possuíam cinco anos de atividade na área técnica de nível médio na data da promulgação da Lei nº 5.524/1968.
- 102** A carteira profissional de técnico, expedida pelo conselho de fiscalização, substitui o diploma e possui fé pública como um documento de identidade, embora não seja obrigatória a menção à modalidade profissional em seu corpo.

- 103** As atribuições dos técnicos agrícolas incluem a atuação em atividades de extensão, de associativismo e de pesquisa, além da emissão de laudos de classificação para produtos de origem animal e vegetal.
- 104** O valor máximo estabelecido pela legislação para que o técnico agrícola se responsabilize por projetos de crédito rural e agroindustrial, para efeitos de investimento e de custeio, é de R\$ 500.000 por projeto.
- 105** No exercício de suas funções no meio rural, o técnico agrícola tem competência para selecionar métodos de controle de pragas, bem como é o profissional responsável pela emissão de receitas de produtos agrotóxicos.
- 106** Uma empresa cujos sócios não possuam o título de técnico industrial pode utilizar livremente a denominação técnico industrial em sua razão social, desde que contrate um profissional habilitado como responsável técnico.
- 107** A Lei nº 5.524/1968 estabelece que o exercício da profissão é livre, liberdade essa que está condicionada ao registro obrigatório no respectivo conselho profissional da jurisdição onde a atividade é exercida.

Acerca da Lei nº 5.524/1968, do Decreto nº 90.922/1985 e do Decreto nº 4.560/2002, julgue os itens a seguir.

- 108** De acordo com as normas de prescrição estabelecidas na Lei, a pretensão de punição de sanções disciplinares prescreve no prazo de três anos, contados a partir da data da ocorrência do fato.
- 109** Suponha-se que um técnico industrial tenha realizado um projeto técnico sem efetuar o termo de responsabilidade técnica (TRT), quando este era obrigatório. Nesse caso, é correto afirmar que esse técnico ficará sujeito a uma multa de 300% sobre o valor da taxa não paga, além de ser obrigado a paralisar o trabalho.
- 110** Se houver conflito entre as normas do Conselho Federal dos Técnicos e as de outro conselho profissional sobre áreas de atuação, a Lei determinará que a controvérsia seja resolvida, exclusivamente, por meio de sentença judicial transitada em julgado.

Quanto ao Regimento Interno do CRT-ES, julgue os itens seguintes.

- 111** A estrutura organizacional do CRT-ES, para o desempenho de suas finalidades, é composta de órgãos deliberativos (plenário e diretoria executiva) e órgãos consultivos (comissões temporárias e grupos de trabalho).
- 112** As manifestações do plenário do CRT-ES, que é o órgão colegiado decisório de primeira instância no limite territorial, são tomadas, via de regra, por maioria simples.
- 113** O exercício do cargo de conselheiro no CRT-ES é considerado uma atividade de natureza técnica especializada, o que justifica o recebimento de remuneração mensal mais o pagamento de jetons.

Com base na Resolução nº 69/2019, que trata a respeito do termo de responsabilidade técnico de substituição (TRT), julgue os itens a seguir.

- 114** De acordo com as normas vigentes, um profissional que possua diversos projetos ativos tem um limite quantitativo de, no máximo, cinco TRTs de substituição por ano civil, visando evitar o uso excessivo do sistema para correções.
- 115** O TRT de substituição é o instrumento legal que permite a alteração de dados de um TRT de origem já registrado no Sistema de Informação dos Conselhos dos Técnicos Industriais (SINCETI). Entretanto, a legislação veda, expressamente, a utilização desse mecanismo para substituir um TRT derivado.

À luz da Resolução nº 141/2021, que estabelece os procedimentos e os requisitos para o registro de pessoas físicas nos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais e dispõe de normas complementares, julgue os itens seguintes.

- 116** Para que os técnicos industriais possam requerer a interrupção de seu registro, eles deverão atender a condições específicas, como não ocupar cargo que exija formação técnica e não possuir termo de responsabilidade técnica (TRT) ativo referente aos serviços executados ou em execução.
- 117** No caso de um profissional que decida pela reativação de seu registro interrompido, a legislação determina que ele deverá pagar o valor integral da anuidade do ano vigente, independentemente do mês em que a solicitação de reativação for anotada no SINCETI.

No que concerne à Resolução nº 206/2022, que trata do Código de Ética Profissional do Técnico Industrial, julgue os itens a seguir.

- 118** À luz dos direitos individuais do técnico, é facultada ao profissional a interrupção de um trabalho ou de uma tarefa quando ele julgar, fundamentadamente, que a atividade é incompatível com sua dignidade pessoal ou oferece risco iminente de acidente.
- 119** Constitui uma infração disciplinar, passível de sanção, o ato de um profissional abandonar, sem uma justificativa legal ou justa causa, um contrato que tenha firmado com um contratante.
- 120** Com o intuito de priorizar o dever de colaboração com a justiça, o Código de Ética faculta ao técnico industrial a realização de perícia, de mediação ou de avaliação crítica a respeito dos trabalhos de sua própria autoria, desde que tais serviços sejam formalmente requisitados por autoridade judicial e que o profissional se comprometa a relatar os fatos com imparcialidade.



ANOTAÇÕES